

Denilda Moura
(Organizadora)

OS MÚLTIPLOS USOS DA LÍNGUA



MACEIÓ
1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Reitor

Prof. Rogério Moura Pinheiro

Vice-Reitora

Prof.^a Ana Dayse Dórea

Diretor da EDUFAL

Prof. Eraldo Souza Ferraz

Conselho Editorial

Prof. Eraldo Souza Ferraz - (Presidente)

Prof.^a Angela Maria dos Santos Maia

Prof. Arnóbio Cavalcanti Filho

Prof. Fernando José de Lira

Prof. Haroldo da Silva Ferreira

Prof. Leonardo Salazar Bittencourt

Prof.^a Maria das Graças Medeiros Tavares

Maria de Fátima Souza Santos (Bibliotecária)

Prof. Sérgio Afrânio Lessa Filho

Prof. Vinicius Nobre Lages

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

M961

Os múltiplos usos da língua / Denilda Moura (Organizadora).
-Maceió: EDUFAL, 1999.
p.: il, 654p.

Inclui bibliografia

1. Linguagem. 2. Linguagem - Estudo e Ensino. 3. Linguagem - Filosofia.
4. Linguagem. 5. Sociolinguística. I. Moura, Denilda, org. II. Título.

CDU: 800

Editoração Eletrônica
João Batista Feitosa Amorim
Luciana dos Santos Lima
Jorge Santos

Impresso e montado na Imprensa Universitária
da Universidade Federal de Alagoas

21.3. CONSTITUIÇÃO DE UM CORPUS LINGÜÍSTICO EM COMUNIDADES RURAIS DO SEMI-ÁRIDO BAIANO*

por

Norma Lúcia Fernandes de Almeida
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
Universidade Estadual de Feira de Santana

1. Apresentação

Esta sessão coordenada versará sobre a constituição de *corpus* lingüístico de comunidades antigas e semi-isoladas do interior da Bahia, com base em uma experiência desenvolvida no centro de estudos de língua portuguesa rural (CELPRU), sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana. Esse centro integra diversos projetos distribuídos em dois núcleos, a saber: *Núcleo 1 – a língua portuguesa no semi-árido baiano*, tema dessa apresentação, e *Núcleo 2 – a língua portuguesa no recôncavo baiano*. Esses núcleos visam a formação de banco de dados fônicos e a análise lingüística dessas regiões, buscando também a partir de fontes históricas primárias, subsídios que possibilitem o conhecimento do perfil histórico-demográfico e o grau de contato entre as diferentes etnias formadoras das mesmas. Além disso, essas fontes poderão ser ainda utilizadas para estudos lingüísticos diacrônicos, numa perspectiva de estudo da língua portuguesa do Brasil, que parte do presente para o passado.

2. Núcleo 1 - A língua portuguesa no semi-árido baiano: a escolha das comunidades

A escolha das comunidades representativas das micro-regiões selecionadas pelo núcleo levou em conta dois importantes ciclos do processo de urbanização do interior da Bahia, o *da agropecuária* (séc. XVII a XIX) e o *da mineração* (séc. XVIII basicamente), considerando, ainda, aquelas localidades originárias de antigos aldeamentos indígenas fruto do trabalho missionário, iniciadas em fins do século XVI e de núcleos autônomos de negros fugidos.

I - *O ciclo da agropecuária* – constitui-se em um dos principais propulsores da expansão da urbanização do interior do estado da Bahia, principalmente no semi-árido. Esse ciclo desenvolveu-se, segundo Francisco Silva (1996:123-159), a partir do chamado *rush* fundiário (1670 a 1690), inicialmente com uma forma de distribuição de terras similar aos grandes latifúndios das áreas de *plantation*, conforme item *a* abaixo, modificando-se posteriormente, com a redistribuição dessas em pequenas e médias extensões territoriais, num processo que vai caracterizar a área de dominância da pecuária sertaneja. Em termos de Bahia, vemos que as formas colocadas nos itens *b*, até o fim do século XVIII, e *c*, a partir do século XIX.

- a) *a grande propriedade, de origem sesmarial, com exploração direta e trabalho escravo*¹;
- b) *sítios e situações, terras arrendadas por um foro contratual com gerência do foreiro e trabalho escravo*;
- c) *terras indivisas ou comuns, de propriedade comum — não são terras devolutas, nem da Coroa —, exploração direta, com caráter de pequena produção escravista ou familiar. muitas vezes dedicada à criação de gado de pequeno porte*²;
- d) *áreas de uso coletivo, como malhadas e pastos cumunais, utilizadas pelos grandes criadores e pelas comunas rurais*;

Essas diferentes etapas de posse de terra poderiam talvez deixar entrever, em certa medida, a forma de contato entre escravos e senhores em um primeiro momento (na forma colocado no item *a*) e posteriormente as relações entre as pessoas envolvidas na produção rural (escravos, escravos alforriados, brancos pobres) e os pequenos proprietários. Erivaldo Neves (1996:38) chama a atenção para as relações desse tipo: “*O trabalho compulsório desenvolveu-se no Alto Sertão baiano, simultânea e articuladamente com a meação, confundindo-se choupanas de agregados e casebres de escravos*”. E mais adiante reitera o autor:

...o fato de pequenos proprietários e suas famílias trabalharem conjuntamente com seus cativos possibilitava maior proximidade entre escravos e senhores (...). Por sua vez, escravos utilizavam dessa relação sutilmente para amenizar a degradação do cativeiro, por exemplo, através do compadrio, fazendo do senhor e familiares, padrinhos de batismo dos seus filhos.

O outro ciclo, o da mineração, constitui-se num pólo de atração populacional momentâneo, dadas as características próprias dessas áreas.

* Gostaríamos de agradecer à colaboração de Josane Moreira Oliveira (UEFS) e das bolsistas do PROBIC/UEFS Adriana Soares, Aldísia Malafaia, Ana Cristina Silva e Elaine Carvalho.

¹ Destaques nossos.

² Os principais latifúndios são os de Gárcia d'Ávila (Casa da Torre) e os de Guedes de Brito (Casa da Ponte).

II - Na Bahia do século XVIII o ciclo da mineração atuou na região da Chapada Diamantina,³ levando ao desenvolvimento populacional de diversas localidades, através de movimentos migratórios internos com concentrações demográficas de média densidade. Nessas localidades, diferentemente de outras regiões do semi-árido, a presença de escravos africanos foi acentuada.

Neste sentido, um estudo regional visto sob uma ótica diversificada conduziria, a princípio, a uma melhor compreensão das origens, multiplicidades, continuidades e descontinuidades na formação da população rural da região semi-árida, considerando-se seus próprios processos de urbanização e contatos étnicos, o que talvez leve a uma investigação mais acurada das possíveis correlações entre fatores sócio-históricos e fatores lingüísticos. Tal estudo poderia fornecer, possivelmente, mais subsídios sobre a questão da origem do português popular rural brasileiro, se resultante de um processo de evolução natural do português (J. Reváh, 1963; A. Naro, 1973; Castro, 1976 e Tarallo, 1994), se resultante de um processo de criouliização (Mendonça e J. Raimundo, 1933; Guy, 1981; S. Elia, 1979, G. Melo, 1981; S. da Silva Neto, 1986; Holm, 1988; Baxter, 1998) ou ainda se, como disse, Mattoso Câmara (1922) a influência do português crioulo no português do Brasil apenas tenha acelerado as derivas naturais, não ultrapassando as possibilidades estruturais do sistema.

Assim, objetivando constituir corpora lingüísticos diferenciados do português vernacular do interior da Bahia foi determinada, a partir da perspectiva do núcleo 1, uma pequena amostra de regiões representativas dos processos demográficos da região semi-árida da Bahia, a serem apresentadas a seguir.

2.1 A escolha das comunidades

As localidades escolhidas, conforme Tabela 1 abaixo, contemplam os ciclos da agropecuária e da mineração motivadores do processo de formação demográfica e urbanização do interior da Bahia: século XVI (Morro do Chapéu), século XVII (Itapicuru, Jacobina, Barra, Jeremoabo e Rio de Contas), século XVIII (Caitité, Feira de Santana e Vitória da Conquista) e no século XIX (Caem e Miguel Calmon). No ciclo da mineração destacam-se Rio de Contas e Jacobina.

TABELA 1
INTERIOR DA BAHIA
MUNICÍPIOS SELECIONADOS PELO PROJETO

MUNICÍPIO	INÍCIO DA COLONIZAÇÃO	criação do POVOADO OU VILA	MOTIVAÇÃO/P/ URBANIZAÇÃO	NAÇÃO INDÍGENA QUE HABITAVA A REGIÃO	REGIÃO ECONÔMICA ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL NO PROJETO
SÉCULO XVI MORRO DO CHAPÉU	Início do século	1864	Bandeiras/concessão de terras pela Casa da Ponte	?	Piemonte da Diamantina	Coleta de 24 inquéritos em Barra dos Negros
SÉCULO XVII ITAPICURU	1648	1872	Aldeamento franciscano	Tupiniquins	Nordeste	Contato inicial
JACOBINA/QUIXABEIRA		1720	Bandeiras à procura de ouro	Paiaias	Piemonte da Diamantina	Contato inicial/ 8 inquéritos de velhos em Alto do Capim
ITABERABA/BOA V. DO TUPIM	Meados do século XVII	1715	Sesmaria/procura por ouro	Maricás	Paraguaçu	Contato inicial - 16 inquéritos de velhos de Boa Vista do Tupim e Canabrava
BARRA	1670	1698	Aldeamento dos frades Capuchos	Tapuia (rodela/cariri)	Médio São Francisco	A ser visitado
JEREMOABO	1678	1925	Boiadas/catequese de índios	?	Nordeste	Contato inicial 16 inquéritos Casinhas/Tranqueira/Pereiros
RIO DE CONTAS	Fins do século	1723	Procura por ouro e pedras preciosas		Chapada Diamantina	24 inquéritos/ Barra/ Bananal e + 08 de velhos de Mato Grosso
SÉCULO XVIII CAITITÉ/IGAPORÁ	Início do século	1808	Passagem para as minas de Rio de Contas	Caetés	Serra Geral	A ser visitado

³ Embora essa região faça parte também do ciclo da pecuária, a exemplo das fazendas de gado, como a do Brejo Seco, da família Canguçu, no sertão de Rio de Contas, somente para citar algumas.

FEIRA DE SANTANA	Início do século	1832	Passagem de tropas/comércio de gado	?	Paraguçu	Contato inicial/ 16 inquéritos em São José e Matinha
VITÓRIA DA CONQUISTA	1752	1891	Passagem para o sertão	Mongóis	Sudeste	Previsto no Projeto
SÉCULO XIX						
CAEM	Fins do século	-	Bandeiras	-	Piemonte Diamantina	Coletado - 12 inquéritos de Piabas
MIGUEL CALMON	1812	1924	Criação de gado	?	Piemonte da Diamantina	Contato inicial/ 08 inquéritos de velhos

Fontes: Enciclopédia dos municípios brasileiros (1958), Volumes XX e XXI e Capristano de Abreu, João (1998:169-171). *Capítulos de história colonial*. Brasília, UNB.

A título de exemplo vamos demonstrar como se deu o processo de urbanização, com relação à presença de escravos africanos, em três localidades do interior da Bahia representativas desses ciclos, o da mineração, Rio de Contas (Chapada Diamantina), século XVIII e o da pecuária, Igaporã (Serra Geral), séculos XVIII e XIX Itapicuru (Região Nordeste), século XIX, conforme Tabelas 2, 3 e 4 a seguir:

Em Rio de Contas, região Centro-Oeste, na Chapada Diamantina, Tabela 2, abaixo, no segundo quartel do século XVIII, há uma maior concentração de escravos africanos, com 88,11% (764/886) do total e apenas 11,62%(103/886) de brasileiros.

TABELA 2
ORIGEM, COR E GÊNERO DOS ESCRAVOS
1748 a 1749
CHAPADA DIAMANTINA
RIO DE CONTAS

ORIGEM/COR	1748		1749		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
AFRICANOS					764
Costa da Mina	174	32	152	25	383
Angola	150	54	118	34	356
Moçambique	04	-	08	-	12
Benguela	06	-	-	02	08
Cabo Verde	05	-	-	-	05
BRASILEIROS					103
Rio de Contas	21	13	26	05	65
Salvador	04	03	07	06	20
Vale dos Santos	01	-	01	05	07
Maragogipe	01	-	01	03	05
Minas Gerais	-	-	01	01	02
Cachoeira	-	01	-	01	02
Pernambuco	-	-	01	-	01
São Paulo	-	-	01	-	01
SEM	01	-	13	05	19
NATURALIDADE					
TOTAL GERAL					886

Fonte: Matrícula dos escravos chegados em Rio de Contas (Chapada Diamantina) entre 1748 e 1749 - *Manuscrito incompleto do Arquivo Municipal de Rio de Contas*. Carneiro Novais, Zenaide e ALMEIDA, Norma Lúcia. (1999), "Arquivos municipais do interior da Bahia: fontes para a história do português brasileiro". In. Mattos e Silva, Rosa Virgínia (org.) *Fontes para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas (no prelo).

Em Igaporã, entre a segunda metade do século XVIII e durante o século XIX, a situação é inversa, conforme Tabela 3 abaixo:

TABELA 3
ORIGEM, COR E GÊNERO DOS ESCRAVOS
1768-1883
ALTO SERTÃO DA SERRA GERAL
IGAPORÃ

ORIGEM / COR	HOMENS	MULHERES	NÃO IDENTIFICADOS	TOTAL
AFRICANOS	53	11		64
Angolas	21	3		24
Minas	6	1		7
Benguelas	4			4
Hauçás	2			2
Nagôs	2			2
Congos	1			1
Rebolos	1			1
SEM IDENTIFICAÇÃO(afr.)	16	7		23
BRASILEIROS	206	186	3	395
Crioulos	113	103	1	217
Cabras	52	55	1	108
Mulatos	23	16	1	40
Pardos	16	12	28	
Mestiços	2			2
SEM IDENTIFICAÇÃO	34	27	2	63
Não declarados	25	23	2	50
Pretos	9	4		13
TOTAL GERAL	293	224	5	522

FONTE: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (1998). *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*, Feira de Santana/Salvador, UEFS/EDUFBA, p. 268.

Como pode-se observar acima, Igaporã (Serra Geral – Alto Sertão) apresenta, para o período estudado, um total de 522 escravos registrados na região entre 1768-1883, desses 75,67% (395/522) são de brasileiros e apenas 12,26% (64/522) de africanos, além de outros 12,06% (63/522) sem declaração. No que se refere ao índice de concentração por fazendas, em Igaporã, não há muitos escravos numa só unidade produtiva⁴.

Vejamos agora a situação no município de Itapicuru na Tabela 4 abaixo:

TABELA 4
ORIGEM, COR E SEXO DOS ESCRAVOS
1850 /1870
ALTO SERTÃO – REGIÃO NORDESTE
Itapicuru

ORIGEM/COR	HOMENS	MULHERES	TOTAL
AFRICANOS	37	07	44
Africanos	06	-	06
Nagô	16	02	18
Angola	13	03	16
Jejê	01	02	03
Moçambique	01	-	01
BRASILEIROS	99	53	152
Crioulos	51	21	72
Cabras	24	12	36
Mulatos	24	18	42
Indígenas(Vermelhos)	-	01	01
Cablocos	-	01	01
SEM IDENTIFICAÇÃO	14	03	17
PRETOS	-	01	01
TOTAL GERAL	150	64	214

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. In: PONDÉ, Consuelo de Sena. (1971). *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru, 1830-1892*, Salvador, mimeografado.

Como observamos, a formação demográfica dessas regiões não é homogênea, nem mesmo em se tratando da mão-de-obra escrava africana. No que se refere aos ciclos da agropecuária e de mineração, vemos que a concentração de mão-de-obra escrava está intimamente ligada tanto a esses processos quanto às diferentes etapas de urbanização para o semi-árido (Rio de Contas, século XVIII- mineração; Igaporã, séculos XVIII e XIX e Itapicuru, século XIX, ambas na zona de

⁴ Segundo Erivaldo Neves (op. cit, p. 257) a partir dos inventários consultados por ele para compor essa amostra havia, apenas, uma média de 18 escravos por unidade, considerando velhos e crianças.

pecuária).

Com relação a situação atual do Núcleo 1 temos dois *corpora* concluídos – Piabas (Caem) e Barra dos Negros (Morro do Chapéu) e dois em fase de conclusão, Barra dos Negros (Rio de Contas) e As casinhas, Tranqueira e Lagoa do Inácio (Jeremoabo).

Assim, o CELPRU vem levantando questões relacionadas ao estudo da língua portuguesa no interior da Bahia, através da história externa e interna, além de possibilitar aos alunos de graduação e pós-graduação pequenos estudos pilotos.

3. BIBLIOGRAFIA:

1. BAXTER, Alan e LUCCHESI, D. (1996). "Un paso más hacia la definición del pasado crioulo del dialecto afro-brasileiro de Helvécia (Bahia)". *Comunicação ao 2º Colóquio Internacional de Línguas Criollas de Base Espanhola y Portuguesa*. Berlim (mimeo).
2. BURKE, Peter. (1991). "Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro". In. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, p.07-38.
3. CÂMARA Jr. J. (1972). "Línguas européias de ultramar: o português do Brasil". *Dispensos*. Rio de Janeiro, Getúlio Vargas, p. 71-87.
4. CAPRISTANO DE ABREU, João (1998). *Capítulos de história colonial: 1500 -1800 & Os antigos povoados do Brasil*, 2 ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília.
5. CARNEIRO NOVAIS, Zenaide e Norma Lúcia. (1999), "Arquivos municipais do interior da Bahia: fontes para a história do português brasileiro". In. Mattos e Silva, Rosa Virgínia (org.) *Fontes para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas (no prelo).
6. Centro e Informações – SEI (BA), (1994). *Informações básicas dos municípios baianos* – Salvador:
7. CASTRO, Y. (1980). *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*. Salvador, UFBA.
8. ELIA, S. (1979). *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro, Padrão.
9. Enciclopédia do municípios brasileiros. 1960. Volumes XX e XXI. RJ, IBGE.
10. FERREIRA, C. (1984). "Remanescentes de um falar crioulo brasileiro". *Revista lusitana*. 5 (nova série), p 21-34.
11. GUY, G. (1981). *Linguistic variation in brazilian portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history*. Tese de doutorado, University of Pennsylvania.
12. HOLM, John. (1988) *Pidgins and creoles*. 2.v. Cambridge, Cambridge University.
13. HOUAIS, A. (1985). *O português do Brasil*. Rio de Janeiro, Unibrade.
14. MATTOSO, Kátia M. Queirós de. (1992). *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
15. NARO, A. (1978). "A study on the origins of pidginization". *Language*, 54 (2), p. 314-347.
16. NEVES, Erivaldo Fagundes. (1996). "Escravidão policultor e meação". In. *Anais da 4ª reunião especial da SBPC: "Semi-ário: no terceiro milênio, ainda um desafio"*. (24 a 28 de novembro de 1996). Feira de Santana: *Campus* da UEFS, p. 36-41.
17. _____ (1998). *Da sesmaria ao minifúndio: uma comunidade sertaneja. (um estudo de história regional e local)*. Feira de Santana: UEFS e Salvador: EDUFBA.
18. RÉVAH, I. (1963). *La question des substrats et superstrats dans le domaine linguistique brésilien*. Romania, 84, p. 433-450.
19. SCHWARTZ, Stuart B. (1988). *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
20. SILVA, Serafim da. (1975). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL.
21. SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. (1989) *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
22. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. *Bahia: crescimento populacional 1980-1996* (1998). Salvador: SEI.
23. TARALLO, Fernando. "Sobre a alegada origem crioula do português popular brasileiro". (tradução) In. I. Roberts e M. Kato (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Editora da UNICAMP.

21.4. ASPECTOS COMUNICATIVOS DA INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS EM COMUNIDADES PESQUEIRAS DO LITORAL DE PERNAMBUCO

Karla Galvão Adrião

Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística - UFPE

Este trabalho tem como foco central o estudo dos processos de construção do conhecimento social, e indaga sobre como se dá a construção de significados compartilhados pelos indivíduos em sociedade.¹

Tem a linguagem como um dos pilares do entendimento desse processo, compreendida a mesma como forma de ação interativa, numa perspectiva de 'suas funções e seus usos'. A linguagem será aqui tratada em sua relação com a formação cognitiva dos sujeitos, acreditando que as noções/construções que temos sobre a realidade podem ser resultado de processos/construções cognitivos em nossa mente, em seus aspectos culturais e sociais.

A construção do conhecimento social será estudada através de um caso específico da introdução de novas tecnologias em comunidades de pesca, buscando avaliar o impacto tecnológico na construção e mediação de significados sobre o trabalho pesqueiro, através de seus aspectos comunicativos.

Acreditando que possíveis transformações ocorram no cotidiano do trabalho destes pescadores, submetidos ao convívio com o 'novo', buscaremos observar as construções de sentido e os significados produzidos a partir desse conhecimento tecnológico que está sendo difundido.

O Programa Estadual de Difusão Tecnológica (PEditec) está ligado ao Instituto de Tecnologia do Estado de Pernambuco (ITEP), e tem como intuito introduzir novas técnicas/aparatos tecnológicos no trabalho pesqueiro, procurando torná-lo mais competitivo em relação às demandas de compra e venda (peixes de carne mais branca, com produção e controle de qualidade) do mercado externo (nacional e internacional). Estas novas técnicas dizem respeito à introdução de novos barcos de pesca maiores e mais possantes - permitindo aos pescadores passarem mais dias em alto mar - e com mais equipamentos eletrônicos de auxílio na navegação, comunicação (rádio VHF) e orientação no mar (GPS: global position system), além de informações necessárias à pesca, tais como profundidade e demarcação de possíveis cardumes (ecossonda). Estes novos equipamentos visam a alterar a prática pesqueira cotidiana, com intenção de incrementar este ofício, tornando-o mais competitivo em relação ao mercado externo.

Os pescadores estudados foram submetidos a módulos de trabalho dos técnicos do projeto Peditec, que tinham como objetivos: 1) informar os pescadores sobre os novos aparelhos eletrônicos (rádio VHF, GPS e Ecossonda), 2) dissuadir através do convencimento sobre a importância do uso efetivo dos novos equipamentos, e 3) ensinar passo-a-passo, como utilizá-los.

Nesta pesquisa, conversas com os pescadores de duas comunidades do litoral de Pernambuco foram realizadas, além de observações diretas da vida em grupo, bem como entrevistas temáticas sobre questões referentes ao universo da pesca antes e após a introdução de novas técnicas/ferramentas tecnológicas (novos significados a serem compartilhados).

Nossa análise abordará, portanto, os aspectos comunicativos da transmissão do conhecimento social/ do desenvolvimento tecnológico através de dois tópicos básicos:

1. as interações cotidianas entre os indivíduos das comunidades
2. a relação comunicativa destes indivíduos com os novos aparatos tecnológicos.

A discussão tem como eixo central três pressupostos que também funcionam como hipóteses a serem testadas:

- a construção do conhecimento está diretamente relacionada à organização da experiência;
- Os processos interativos determinam/viabilizam a construção dos significados individuais e compartilhados;
- através de processos cognitivos formam-se as representações individuais e 'sociais' que irão acarretar nas formas de agir no mundo.

A partir deste momento, procuraremos tratar dos dados obtidos, analiticamente. Buscaremos tratar sucintamente a questão sobre como os indivíduos constroem significados, reconstróem do ponto de vista da linguagem, na interação. Para tanto, tomaremos como demarcador e orientador de nossas indagações, Gilles Fauconnier, cognitivista social, através de sua teoria sobre a construção de significados no mundo através de 'espaços mentais'. Esta será uma primeira aproximação da referida teoria com interrelações entre nossos dados.

De acordo com Fauconnier e Sweetser (1996), qualquer conceito de representação inerentemente envolve dois espaços mentais: um primário e outro dependente deste. Entidades nos dois espaços podem ser contrapartes uma da outra. O ponto chave a ser discutido é que estruturas cognitivas de domínios sobre técnicas de pesca, tomando como exemplo os pescadores a que venho me referindo, e novos aparatos acoplados a estas técnicas são conectados/ligados por e através da compreensão do mundo em que vivem. Estas ligações cognitivas básicas são refletidas da seguinte forma: usando uma expressão linguística para um item em um domínio referir um item conectado em outro domínio. Todas estas conexões cognitivas têm conseqüências linguísticas similares na medida em que elas permitem transferir descrições de um domínio para outro.

A teoria dos espaços mentais propõe um modelo de interface entre semântica e cognição, que permite tratar e

¹ Esta análise aqui apresentada fará parte de minha dissertação de mestrado desenvolvida na área de concentração de Linguística, no PPGLL, desde março de 1998, sob orientação do professor Luiz Antônio Marcuschi.